



Revista de História e Estudos Culturais

Janeiro - Junho de 2022

Vol. 19 Ano 19 nº 1

www.revistafenix.pro.br

ISSN 1807-6971

 10.35355/revistafenix.v19i1.983

A LUZ DE TEREZA DE BENGUELA NÃO APAGARÁ: O DITO E O NÃO-DITO PELAS FONTES HISTÓRICAS

TEREZA DE BENGUELA'S LIGHT WILL NOT GO OUT: THE SAID AND THE UNSAID BY HISTORICAL SOURCES

Bruno Rodrigues*

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

 <https://orcid.org/0000-0001-5318-1800>
professorbrunorodrigues@yahoo.com.br

RESUMO: Este estudo visa analisar a abordagem da líder quilombola Tereza de Benguela em fontes oficiais, a saber, as memórias do provedor da Fazenda Filipe Coelho e a narrativa dos Anais de Vila Bela de Santíssima Trindade, ambas escritas na década de 1770. Nelas, é possível observar uma abordagem depreciativa marcada por inconsistências. A fim de entender tal tratamento, inicialmente, delinearemos um panorama da escravidão no oeste luso-brasileiro. Posteriormente, apreciaremos as fontes comparando-as com outros documentos e pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: História afro-brasileira; quilombo; Tereza de Benguela

ABSTRACT: This study aims to analyze the approach of quilombola leader Tereza de Benguela in official sources, namely, the memories by the farm provider of the Filipe Coelho and the narrative of the Anais of Vila Bela de Santíssima Trindade, both written in the 1770s. In these sources it is possible to observe a derogatory approach marked by inconsistencies. In order to understand such treatment, it will be, initially, outline an overview of slavery in the Portuguese-Brazilian west. Later, the sources will be appreciated in comparison with other documents and research.

KEY-WORDS: Afro-Brazilian history; quilombo; Tereza de Benguela.

* Doutor em história pela Universidade Federal de Mato Grosso, com período de estágio doutoral em Lisboa, vinculado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Atualmente exerce o cargo Professor Adjunto I na Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá.

(...) Vai clarear, oi vai clarear
Um Sol dourado de Quimera
A luz de Tereza não apagará
G.R.E.S. Unidos do Viradouro, 1994

Indiscutivelmente, hoje, Tereza de Benguela é um dos nomes mais constantes quando tematizamos a história afro-brasileira e a resistência à escravidão. Presente em poemas, canções, samba-enredos, nos principais registros do período colonial no Mato Grosso, tornou-se um verdadeiro símbolo, sobretudo, à geração pós-lei 10.639/2003. Isso se deve, entre várias outras razões, ao fato de ter estado à frente do maior quilombo do oeste brasileiro e, também, ter se entregado à morte face à reescravização.

Atualmente, dispomos de duas principais fontes que descrevem quem foi Tereza de Benguela: o relato do provedor da Fazenda Filipe José Nogueira Coelho; e o texto que informa a campanha que abateu o quilombo do Quariterê em 1770, nos Anais de Vila Bela de Santíssima Trindade. Embora sejam fontes importantes que registram a existência da líder quilombola, são reduzidas, fragmentadas e apresentam numerosos aspectos que necessitam problematização, sendo o principal deles a abordagem depreciativa. Julgamos que tal tratamento deva ser compreendido a partir das circunstâncias políticas da capitania de Mato Grosso, marcada pela recorrência de constantes fugas de escravizados, bem como pela tentativa de desestimular novas evasões.

Posto isso, no artigo que segue, inicialmente, refletiremos a escravidão na capitania de Mato Grosso, destacando as suas semelhanças e diferenças em relação às Américas. Em um segundo momento, a fim de compreendermos o tratamento conferido à Tereza de Benguela, problematizaremos diretamente o que está dito ou implícito na documentação que discorre sobre a líder quilombola e o Quariterê.

A ESCRAVIDÃO NEGRA NO MATO GROSSO NO SÉCULO XVIII

As descobertas auríferas nas primeiras décadas do século XVIII constituem um marco importante da história brasileira e americana, tendo em vista a aproximação e disputas das coroas ibéricas em torno de zonas limítrofes, bem como o contato com diferentes grupos indígenas que se encontravam especializados nas bacias dos rios Amazonas e Paraguai. Segundo José Barbosa de Sá, cronista que viveu na região na primeira metade do século XVIII, tão logo se confirmaram os achados de ouro no Coxipó-Mirim (1718) e lavras do Sutil (1722), houve grande euforia seguida de uma corrida do ouro ao extremo oeste das consideradas possessões portuguesas:

Divulgada a notícia pelos povoados foi tal o movimento que causou nos ânimos que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes deixando casa, fazendas, mulheres e filhos botando-se para estes sertões como se fora a terra da promessa ou o Paraíso encoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais (SÁ, 1975, p. 12).

Em nome desse “Paraíso encoberto”, em poucas décadas, deslocaram-se ou foram trazidos ao que seria depois chamado de capitania de Mato Grosso (1748) centenas e milhares de indivíduos, entre os quais homens e mulheres negros escravizados. Esses últimos, assim como em outras partes das américas, experimentaram as agruras do sistema escravista.

Numerosos documentos indicam a presença africana no Mato Grosso desde as primeiras expedições à região, como um registro apresentado em 1773 durante o governo de Luís Albuquerque, que mapeou a totalidade de africanos adentrados no Mato Grosso desde a década de 1720 até o ano de 1772. O documento, que dividiu o período em quatro momentos, apontou que foram trazidos 17.480.¹

Enquanto nas correspondências oficiais encontramos dados referentes a fluxos, nos Anais elaborados pelas casas legislativas da capitania, especialmente de Cuiabá e Vila Bela, nos deparamos com histórias que informam desde os percalços até os esforços para busca da liberdade ou luta pela própria vida. Histórias como a de Sebastião de Benguela de 1733 ilustram perigos vivenciados no trajeto percorrido entre o litoral luso-brasileiro e as minas cuiabananas. Ele era trazido em uma monção de 50 canoas lideradas por Jozé Cardoso Pimentel. No momento em que as canoas adentraram o território pantaneiro, foram surpreendidas por um ataque surpresa movido por indígenas Payaguás. A monção sucumbiu, mas os Anais de Cuiabá relatam a feroz luta pela sobrevivência:

(...) Achou se no mesmo conflito hum negro por nome Sebastião de nação Benguella corpulento, e forçozo, peleijou este primeiro de sua canoa com hum varejão com tanta vantagem, que cada bordoadada, que com elle dava, era hum inimigo morto e vendo que na canoa não esgremia a seo gosto, saltou para o campo, aonde deo que fazer a turba, que toda cahio sobre elle para o prenderem, e não matar, e querendo-o amarrar sacaram lhe o varejão das mãos, porem elle avanssando abrassos, a hum arancou a lingoa, e a outro torsseo o pescosso, que lhe pós a cara para as costas, thé que a suguitarão, e levarão vivo com toda a mais

¹ Vale pontuar, em vista da entrada clandestina de cativos na região e do trânsito de indivíduos aleatórios, que talvez o número possa ter sido maior. As quatro etapas a que se referem o mapeamento tratam-se das décadas anteriores à fundação da capitania (1720-1750); e dos governos de Rolim de Moura (1751-65), João Pedro Câmara (1764-69) e Luiz Pinto de Souza Coutinho (1769-1772) (Doc. 1).

companhia, sem que escapassem mais que quatro pessoaz, que por terra trouserão a noticia (SUZUKI, 2007, p. 67).²

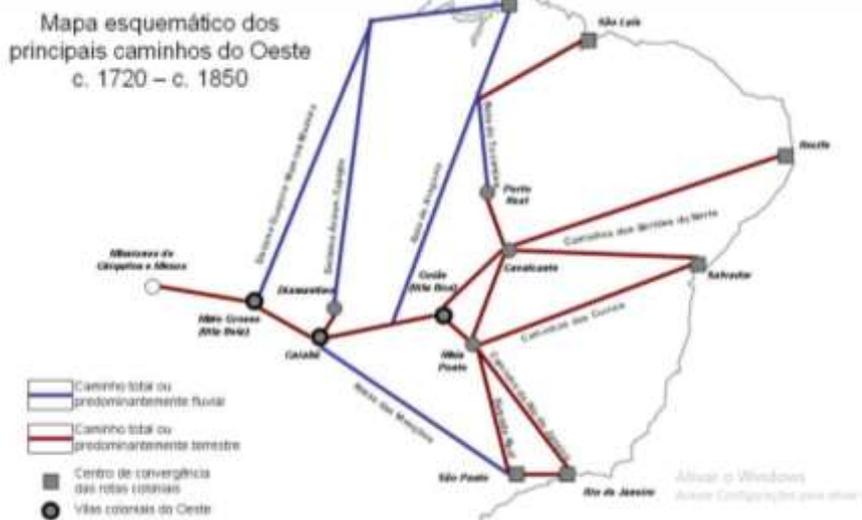
Sebastião foi um entre os milhares levados às minas do extremo oeste luso-brasileiro através de caminhos que cortavam o território em meses. No geral, foram três as rotas utilizadas para a introdução de escravizados no Mato Grosso, duas formadas por trechos majoritariamente fluviais e um caminho terrestre. As fluviais partiam do Rio de Janeiro e Belém e, apesar das singularidades dos territórios atravessados, se assemelhavam nas dificuldades e tempo que demandavam para serem completadas – de três a nove meses, a depender da estação do ano. O relato do viajante Hércules Florence no início do século XIX junto à expedição Langsdorff (1825-1829) exemplifica isso. Aponta a existência de dezenas de cachoeiras, animais selvagens, riscos de ataques indígenas e pestilências no trajeto entre o Rio de Janeiro e Cuiabá. De forma semelhante, na rota que atravessava a bacia do rio Amazonas e seguia pelo rio Guaporé até Vila Bela de Santíssima Trindade, a cidade mais a oeste do Mato Grosso, narrativas como a do viajante Alexandre Rodrigues (1783-1792) atestam dificuldades e riscos.³

O caminho terrestre constituía o trajeto que ligava as minas de Cuiabá à Capitania de Goiás. Inaugurado em torno dos anos 1730, tal caminho conectava o Mato Grosso a diversos pontos do território luso-brasileiro, particularmente Salvador, conforme podemos observar no mapa 1. Apesar dos dados imprecisos e fragmentários, é possível notar que durante todo este período houve circulação de colonos dos mais diversos pontos do império, que carregavam tropas de animais, gêneros de abastecimento, ouro, prata (por vezes de forma clandestina) e, sobretudo, cativos. Um registro disposto no AHU de 1771 informa que naquele ano entraram no Mato Grosso 64 cativos trazidos de Goiás e 121 trazidos diretamente da Bahia (Doc.2). O registro não informa o caminho utilizado, mas presumimos, em função da movimentação comercial na região, que a estrada utilizada para adentrar cativos da Bahia e Goiás possa ter sido a terrestre, que seguia de Salvador ao Brasil central comumente pelo “caminho dos currais”, passava pelo entreposto “Meia Ponte”, seguia à Vila Boa e, posteriormente, ao Mato Grosso.⁴

² Importante ressaltar que neste artigo mantivemos a ortografia original dos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá e do provedor da Fazenda Filipe Coelho.

³ Para uma análise das expedições fluviais até o Mato Grosso, ver Costa (2001).

⁴ Para o trajeto entre Salvador e Vila Boa, através do “Caminho dos currais”, ver a descrição de 1778 do capitão general do Goiás, Luís da Cunha Menezes (1995). Sobre o trajeto terrestre entre Cuiabá e Goiás, ver Luis d’Alincourt (2006).

Mapa 1. Caminhos fluviais e terrestres ao oeste

Fonte: André Nicácio Lima (2010, p. 135).

Importante destacar que, entre os três trajetos, o que mais levou africanos escravizados ao Mato Grosso foi o que se iniciava no Rio de Janeiro. Na tabela mencionada acima (Doc.1), de um total de 17.480, 16.606 originaram-se do Rio de Janeiro. Não podemos perder de vista que no mesmo período a cidade fluminense havia intensificado o comércio escravista com portos localizados na África Central Ocidental, especialmente em Luanda e Benguela. Philip Curtin observava, ainda no final dos anos 1960, que, durante o século XVIII, ocorreu uma queda nas relações escravistas com a África ocidental analogamente à elevação do fluxo comercial com Angola (CURTIN, 1969, p. 207).

As recentes estimativas do *Slave Voyages* também indicam aumento progressivo da presença do Rio de Janeiro no comércio transatlântico de africanos escravizados. Entre 1701 e 1800, apontam que desembarcaram nas Américas 5.609.869 africanos, tendo os portos da América portuguesa recebido 1.991.362. Desse volume, enquanto a região amazônica recebeu 71.738 africanos, Pernambuco 329.335, a Bahia 815.904, o Rio de Janeiro recebeu 756.560. No século seguinte, somente nos primeiros cinquenta anos, os portos luso-brasileiros teriam recebido 2.136.360, ficando quase metade dos indivíduos no Rio de Janeiro e adjacências. A maioria oriunda dos portos da África Central-Occidental (SLAVE VOYAGES, 2021).

Vários fatores explicam a elevação da atividade comercial escravista no Rio de Janeiro, destacadamente as descobertas auríferas em Minas Gerais a partir da segunda metade do século XVII, que provocaram crescente demanda de mão-de-obra escrava;⁵ e,

⁵ Sobre o aumento da demanda de escravos, após o crescimento da mineração na Minas Gerais, ver Charles Boxer (2002, pp. 167-173).

posteriormente, a abertura de rota entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, que permitiu o tráfego em 10 a 12 dias da população escravizada às minas de ouro, reduzindo a mortalidade e tornando mais lucrativa a atividade.⁶

Soma-se a conjuntura econômica, relações transimperiais na América do Sul e a própria situação política na África – durante o século XVIII, ocasionara a redução da atividade comercial escravista acima da linha do Equador, ao passo que favorecera o aumento na África Centro-Occidental. A década de 1720 na Costa da Mina, especificamente, é um período de intensas disputas e instabilidades entre as diversas unidades políticas da região. Nesse período, ocorre, por exemplo, a invasão do porto de “Ajudá”, pelo rei do Daomé, Agaja; a intervenção do Reino do Óio, que dominava as rotas de tráfico no interior da Costa da Mina, entre os anos de 1726 e 1730; a tomada do porto de “Jaquim”, pelo rei do Daomé; e, finalmente, a destruição do porto de Joaquim e forte português do Ajudá.⁷ Devemos acrescentar também a atuação holandesa na região, com saques e apreensões de embarcações, que acabou por contribuir para que se esfriassem as atividades. Como a Costa da Mina era a principal fornecedora dos traficantes baianos, o fornecimento para a região, nesse quadro, ficava comprometido.

O quadro era significativamente diferente abaixo da linha do Equador, onde, desde o século XVII, comerciantes escravistas se instalavam, em busca de condições comerciais seguras e menos burocráticas. A movimentação comercial entre Luanda e Benguela (localizadas no que se conhece hoje como Angola) era emblemática nesse sentido, pois, enquanto se reduzia o comércio escravista na Costa da Mina, registrava-se nelas crescimento de fluxo comercial.⁸ De acordo com Ferreira, as atividades comerciais escravistas já haviam se iniciado um pouco depois da fundação de Benguela, em 1617. No entanto, a intensificação do comércio só veio a se dar a partir da década de 1650, em função da expansão global do comércio de escravos em Angola. Essa expansão foi

⁶ Inicialmente, a rota entre o litoral luso-brasileiro e Minas Gerais percorria um trajeto de 1200 quilômetros. Com a abertura da rota através do Rio de Janeiro, a distância reduziu a 480 quilômetros, o que incontestavelmente tornava mais atrativa a rota (FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004).

⁷ Em primeiro lugar, na década de 1720, a região enfrentava um período turbulento, com disputas políticas entre diversos reinos africanos. Destaca-se nesse contexto a invasão do porto de “Ajudá”, pelo rei do Daomé, Agaja; a intervenção do Reino do Óio, que dominava as rotas de tráfico no interior da Costa da Mina, entre os anos de 1726 e 1730; a tomada do porto de “Jaquim”, pelo rei do Daomé; e, finalmente, a destruição do porto de Joaquim e forte português do Ajudá (FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 86).

⁸ De acordo com José Curto (1993, p. 362), existe uma tendência crescente de comércio escravista ao longo do século XVIII, chegando ao seu auge na década de 1790 (especialmente no ano de 1793 quando foram enviados do Porto de Benguela 11.668 cativos) e, posteriormente, conhecendo um declínio gradativo. Segundo o autor, entre os anos de 1730 e 1828, foram embarcados do porto de Benguela a volumosa quantidade de 407.166 cativos.

provocada, em larga medida, pelo aumento da demanda de escravos no Brasil à luz das descobertas auríferas, juntamente com a fuga das práticas monopolistas dos governadores, que obrigaram mercadores a buscarem outras regiões da Angola; contribuiu, além disso, a falta de burocracia como a observada em Luanda, o que favorecia uma prática de mercado mais livre na região.⁹

Ao contrário de Luanda, não existia, no século XVII, uma extensiva rede de postos da administração portuguesa no interior de Benguela. Acrescenta-se, a essa razão, a incapacidade de Benguela para conduzir operações militares de larga escala. Tal falta de burocracia tornou a região um lugar atraente para mercadores. Ao mesmo tempo, verificava-se a queda na exportação de escravos em Luanda.

Destarte, creio que existam fartas razões para concluir que a maior parte dos africanos trazidos ao Mato Grosso durante o século XVIII tenha sido proveniente da África Central Ocidental.

Vale chamar atenção também para duas outras características da escravidão no Mato Grosso, relacionadas ao emprego e ruptura com a sociedade escravista. Assim como em outras regiões das Américas, escravizados foram inseridos nas mais variadas atividades econômicas. Não obstante ser a mineração o principal destino da mão-de-obra cativa, foram distribuídos na agricultura de subsistência, pecuária, construção de obras públicas, serviços domésticos e diversas outras ocupações nos espaços urbanos dos arraiais, vilas e cidades edificadas ao longo da capitania nos séculos XVIII e XIX.¹⁰

No tocante à ruptura com a sociedade escravista, dispomos de dados para o período colonial e imperial que trazem informações sobre iniciativas individuais e coletivas, especialmente com fugas e formação de quilombos. A documentação informa com regularidade homens e mulheres partindo para todas as direções no Mato Grosso, de modo particular ao outro lado da fronteira política entre as coroas portuguesa e espanhola. Até as primeiras décadas dos anos oitocentos, os principais destinos no lado castelhano eram as missões dos Mojos e Chiquitos, as províncias de Santa Cruz de La Sierra, Assunção, Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e, em algumas situações, o Peru (RODRIGUES, 2019, p.229). Contudo, não partiam somente para o lado castelhano, de modo que existem registros sobre fugas perpetradas a terras indígenas, matas virgens e vários outros destinos.

⁹ Segundo Roquinaldo Ferreira (2003, pp. 75-76), na metade do século XVII, o comércio de escravos em Luanda era diretamente controlado por autoridades coloniais, que cobravam direitos para financiamento de campanhas militares no interior de Luanda.

¹⁰ Para uma visão panorâmica do emprego da mão-de-obra cativa na história do Mato Grosso desde o período colonial, ver Luiza Volpato (1993) e Jovam Silva (1995).

Em 1798, os Anais do Senado da Câmara de Cuiabá documentam que foi encontrado um homem negro entre os indígenas Bakairi. O grupo em que se encontrava foi atacado por soldados de forma preventiva e, pelo que consta, após a sua captura, amargou dois anos de prisão. Conseguiu a liberdade somente após delatar que haveria um grande quilombo próximo à região onde foi aprisionado (SUZUKI, 2007, p. 157).

Não restam dúvidas de que as fugas foram os atos mais frequentes de ruptura contra a escravidão no oeste brasileiro e muitas razões contribuía para que assim fosse: a extensa área fronteiriça, as densas matas e as dezenas de grupos indígenas especializados na região e que, em diversas situações, como a supracitada, abrigaram negros fugidos da sociedade escravista.

Outrossim, uma fuga no Mato Grosso poderia ter desfechos diversos. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, alguns evadidos da escravidão conseguiram se inserir em atividades produtivas na América espanhola, outros foram agregados a grupos indígenas, os que se casaram,¹¹ e outros formaram quilombos. Sobre os últimos, somente no século XVIII, é possível detectar a existência de vinte com variadas proporções. Destacaram-se os quilombos do Sepotuba (1769), do Porrudos (1769), Baures (1778), Piolho (1795), Pindaituba (1795) e principalmente o Quariterê, também conhecido como “Quilombo Grande” (1770) (LORDELO, 2010, pp.81-82). Importante frisar a similaridade entre eles: comumente levantados em áreas abundantes para caça, pesca, propícias para agricultura de subsistência, extração de ouro ou diamante.¹²

Ademais, o quilombo liderado por Tereza de Benguela reúne todos os elementos acima desenhados: formado em área próxima à exploração mineira, propícia para caça, pesca e agricultura, avizinhada por diversos povos indígenas e povoados castelhanos. Adiante, refletiremos o dito e o não-dito sobre Tereza de Benguela no Quariterê, tendo em conta o panorama considerado acima.

¹¹ Bruno Rodrigues (2019) menciona casos de negros fugidos do Mato Grosso empregados em atividades de cultivo de cana de açúcar nas proximidades de Santa Cruz de la Sierra. Sobre casamentos, em 1773, um conjunto de correspondências trocadas entre as autoridades do Mato Grosso e o governador dos Mojos informa a história de um negro que fugiu do Mato Grosso em direção às missões dos Mojos e lá casou (Doc. 4).

¹² A prisão dos africanos João, Caetano, Miguel e Mariana em 1779 revela isso. Com eles, além das armas de fogo, machados, foices, alavancas e panos de algodão, foram encontrados 20 oitavas e 3 quartos de ouro e duas pedras de diamante. Os quatro foram aprisionados em uma operação ordenada pelo Capitão-General de Mato Grosso para apreensão de quilombolas que se achassem em terras de exploração mineira.

O DITO E O NÃO-DITO NAS FONTES QUE INFORMAM SOBRE TEREZA

O quilombo liderado por Tereza de Benguela talvez seja o mais conhecido do Brasil central na atualidade. Mencionado em diversos trabalhos acadêmicos, livros, poemas, canções, eventos culturais, entre outros, mediante os debates contemporâneos impulsionados pelas questões raciais, valorização da negritude e história africana, transformou-se em um dos símbolos mais significativos da história afro-brasileira. Não obstante isso, enquanto existiu durante o século XVIII, o Quariterê foi atacado em duas ocasiões: 1770 e 1795.¹³ Em ambas, foram produzidos relatos que apresentavam informações sobre a localização do espaço, perfil dos habitantes, condições econômicas e presença indígena.

O quilombo estava localizado no vale do Guaporé, uma área cortada por diversos rios e rota da exploração mineira na região. Segundo os Anais de Vila Bela, poderia ter uma população em torno de 100 habitantes, formada por 69 negros fugidos e mulheres indígenas que, segundo o documento, teriam sido raptadas. Consta também a fartura das roças, que contavam com milho, feijão, carás, batata, amendoim e algodão, com o qual teciam as próprias roupas (AMADO; ANZAI, 2003, pp.139-141).

Tereza, em especial, é mencionada em dois documentos que relataram a campanha de 1770: a descrição do provedor da fazenda real Filipe José Nogueira Coelho; e o texto que informa a campanha que atacou o Quilombo do Quariterê em 1770 e compõe os Anais de Vila Bela. A primeira fonte, diz o autor, foi redigida conforme o exame direto dos arquivos da provedoria, intendência e crônicas de José Barbosa de Sá.¹⁴ Filipe Coelho julgava que somente conseguiria apresentar melhor desempenho no cargo que lhe fora atribuído em 1776 em Vila Bela da Santíssima Trindade (SIQUEIRA, 2005, p. 23) se demonstrasse conhecimento das leis, regimentos ultramarinos e, principalmente, das memórias da capitania (COELHO, 1850, p. 137).

Apesar de não dispormos de informações sobre o destino do manuscrito, tudo indica que foi elaborado na década de 1770, enquanto exerceu o cargo de provedor da

¹³ É importante ressaltar que o quilombo abatido em 1795 foi edificado no mesmo lugar do quilombo de 1770, uma parte com fugitivos da primeira bandeira. Portanto, estamos a falar do mesmo quilombo.

¹⁴ De acordo com o provedor: “(...) Os annaes de José barbosa de Sá, que foi advogado na villa de Cuyabá, em que residiu quase desde a fundação d’ella, me forneceram de algumas notícias; mas na verdade muito mais me emanaram de um exacto e escrupuloso exame que fiz nos archivos da provedoria e intendência e ouvidoria, que fazendo authenticas estas Memórias pela pública e incontestável fé, deixam ver a quem se não fizer fastidiosa aquella lição tão ingrata o cuidadoso desvelo que elas me merecem” (Coelho, 1850, p. 138).

Fazenda Real. Cabe lembrar que a provedoria compunha a estrutura da administração fazendária portuguesa que administrava diretamente as riquezas produzidas em terras conquistadas pela coroa portuguesa. Especificamente, um provedor naquele período fiscalizava receitas, interferia na dinamização do comércio e administrava as despesas. A provedoria atuava de forma ligada à alfândega e comandava um grupo de oficiais formado, entre outros, por escrivães, meirinhos, porteiros e tesoureiros. Em algumas situações, também acumulava o cargo de “juizado dos descaminhos e alfândega”, já que realizava despachos, cobranças de direitos e julgava irregularidades.¹⁵

Quanto à segunda fonte, os Anais de Vila Bela de Santíssima Trindade, a trajetória para tomarmos conhecimento do que consta em suas páginas foi longa e apenas recentemente os pesquisadores passaram a ter acesso. O documento, que era tido como extraviado ou perdido, foi encontrado e transcrito pelas professoras Janaína Amado e Leny Caselli Anzai, junto ao acervo da Newberry Library. De modo geral, é subdividido em dois momentos distintos: de 1734 a 1754 e entre 1754 e 1789. Enquanto o primeiro foi redigido por Francisco Caetano Borges, o segundo passou a ser elaborado anualmente até 1789 pelo “segundo vereador” da Câmara (Amado; Anzai, 2006).

Em todo caso, as duas fontes apresentam semelhanças e nuances no que tange ao tratamento de Tereza e descrição do Quariterê. A começar, ambas realçam a boa qualidade do terreno, fartura das roças, presença indígena e estrutura política centralizada em Tereza. A diferença mais notável reside nos detalhes. Os Anais de Vila Bela minuciam desde os preparativos da expedição que atacou o quilombo em 1770 até a morte de Tereza. No documento, o leitor toma conhecimento de que a expedição demandou meses de preparo, foi justificada pela proliferação de fugas da população escravizada, organizada em segredo e saiu de Vila Bela de Santíssima Trindade sem que ninguém soubesse da sua existência. Ou seja, está subentendido que os aquilombados mantinham relações e laços com os que estavam nos espaços urbanos e, talvez, com assenzalados, visto que a expedição necessitou sair em silêncio para que os habitantes do Quariterê fossem pegos de surpresa.

A narrativa do provedor, por sua vez, apresenta um trecho ambíguo no qual compara de forma elogiosa Tereza a outras rainhas. Eis o trecho:

(...) Quando foi presa esta Amazona parecia *Pestesilea furens, mediisque in milibus ardet*. E foi tal a paixão que tomou em se ver conduzir para esta Villa, que morreu enfurecida. Imitou no animo a grande Cleopatra, que antes quiz a morte do que entrar no triumpho em Roma. Presou mais a

¹⁵ Sobre a função de um provedor na estrutura administrativa portuguesa, ver Graça Salgado (1985) e José Justino de Andrade Silva (1989).

vida Zenobia, rainha dos Palmyros, que entrou n'aquella cidade em cadeas de ouro (...) (COELHO, 1850, p. 182).

As comparações tecidas pelo provedor acabam por destoar da descrição depreciativa comumente conferida a lideranças quilombolas na história brasileira. Na mitologia greco-romana, “Pestesilea” foi filha de Ares e Othera, guerreira e rainha das amazonas. Já Cleópatra, considerada uma das mulheres mais poderosas do mundo antigo, preferiu a morte ao triunfo do inimigo, ao se deixar ser picada por uma serpente após ser informada da derrota do marido, para que não fosse exibida nas ruas de Roma como prisioneira. Zenobia, por sua vez, foi rainha da cidade de Palmira e, no século III, depois da morte do esposo, assumiu o reinado; este compreendia vasta região, abrangendo parte do Egito, Síria e Ásia Menor.

Para além dessas nuances, valem algumas reflexões sobre a abordagem de Tereza, a forma de governo e presença indígena. Em ambas as fontes, a líder quilombola é descrita como rígida e autoritária. Em palavras de Filipe Coelho:

(...) então governava a rainha viúva Thereza, bem assistida de índias e negras. Tinha como parlamento, em que presidia o capitão-mór José Cavallo, e era conselheiro da rainha um José Piolho. Mandava enforcar, quebrar as pernas, e sobretudo enterrar vivos os que pretendiam vir para seus senhores (...) (COELHO, 1850, p.182).

Já nos Anais de Vila Bela, consta a seguinte descrição:

(...) não só chegou a mandar enforcar, mas também quebrar pernas e braços e enterrar vivos aqueles que, *arrepêndidos da fuga*, queriam tornar para a casa de seus senhores, sem que para semelhantes e outros castigos fosse preciso legal prova. Bastavam leves indícios para serem punidos quaisquer réus de semelhantes delitos. Isso, além de outro, que mandava fazer muito ao seu paladar. Chamavam esta muito intitulada rainha Teresa. Era assistida e servida de todas as mais negras e índias, ainda melhor de que se fossem suas cativas, a quem diariamente castigava, rigorosamente, por qualquer coisa. Tanto era temida que nem machos, nem fêmeas era ousados a levantar os olhos diante dela [grifo nosso] (AMADO; ANZAI, 2006, p. 140).

De modo notório, parece não ter sustentação o argumento de que Tereza pudesse governar o Quariterê com “mãos de ferro”, como sugere a documentação. É difícil imaginar que o homem ou a mulher que fugiu da escravidão se submetesse novamente a ela ou no interior de um quilombo. Se havia certa facilidade de fugas das vilas, arraiais ou cidades no Mato Grosso, essas se multiplicavam em um território de quilombo. Não sustentamos com isso a existência de uma suposta harmonia no interior do quilombo ou que os aquilombados não tivessem estratégias para evitar dissidências ou resoluções de

conflitos. Apenas salientamos que a narrativa, ao que tudo indica, tenha exagerado ou fantasiado a rigidez. Tudo leva a crer que tal exagero esteja amparado pela tentativa de desencorajamento de novas fugas. A própria organização da expedição de ataque se fundamentava nessa última questão.

Além disso, a ideia de que a população cativa pudesse estar arrependida da fuga figurou por anos nos discursos oficiais, como uma forma de camuflar a incapacidade de eliminar os quilombos por todo o Mato Grosso. Nos anos de 1794 e 1808, por exemplo, foram editados, respectivamente, pelos capitães-generais João de Albuquerque e Carlos Augusto D'Oyenhhausen, bandos que seguiam a linha argumentativa do texto dos Anais:

(...) Faço saber a todas as Pessoas desta Capitania, que sendo-me presente, e geralmente constante os graves danos e fadigas que experimentam todos os Escravos fugidos que vivem expostos às Calamidades, e continuados riscos que se experimentam nos matos, abandonados à barbaridade, como selvagens, sem auxílio nem mesmo para alma, nem para o corpo: *compadecendo-me da miserável vida que levam esses infelizes Homens*, vassallos de Sua Majestade e tendo por outra parte também em vista o irreparável prejuízo que tem seus senhores com suas fugas praticadas talvez muitas vezes inconscientemente, e sem reflexão das quais naturalmente estarão muitos deles arrependidos, *temerosos de voltarem para as casas* ou poder dos mesmos senhores, temendo o *justo castigo* que merecem [grifos nosso (RAPMT, 1987, p. 43).

Em vista da fartura de documentos dos séculos XVIII e XIX que informavam fugas da capitania de Mato Grosso para os mais diferentes lugares, tudo nos leva a concluir que apelos como os descritos acima não tenham surtido efeito na população negra evadida da escravidão. As fugas, além de não cessarem com os ataques ao Quariterê, persistiram até o final dos anos oitocentos.¹⁶

Acrescenta-se a esse quadro o posterior retorno dos aquilombados que conseguiram fugir do ataque de 1770 ao mesmo lugar onde estava edificado o Quariterê, o que demonstra a fragilidade da tese do possível arrependimento da fuga. Estamos a fazer referência a uma campanha organizada entre maio e novembro de 1795 no vale do rio Guaporé, que visou a captura de cativos fugidos e o desmanche de quilombos na região. Preparada por cerca de dois meses e financiada por autoridades políticas e contribuições voluntárias de moradores de Vila Bela e arraiais próximos, a bandeira conseguiu capturar, na mesma localidade do ataque de 1770, 54 quilombolas, entre negros (6), indígenas (27),

¹⁶ Em 1875, por exemplo, foi noticiada, no jornal O Liberal, a fuga de dois cativos e recompensa, Zeferino e Modesto. Ambos haviam fugido há quatro anos. O anúncio dizia serem originários de Minas Gerais e contarem cerca de 35 anos. Foi oferecida uma recompensa de 200\$000 por cada um (Doc. 5).

caburés (21).¹⁷ Francisco de Pedro e Mello acreditava que todos seriam remanescentes do quilombo “destruído” em 1770 e do sequestro de mulheres indígenas *Cabixis*.¹⁸

Chegamos, então, a um elemento de grande relevância junto às fontes que informam sobre Tereza: a presença indígena. Tanto na descrição de Filipe Coelho como nos Anais, consta que Tereza fosse “assistida” por índias. As fontes não especificam a proveniência dos indígenas capturados, mas, tendo em vista diferentes registros oficiais (incluindo a bandeira de 1795 supracitada) e etnográficos, presumimos que sejam provenientes dos grupos Nambiquaras e Parecis. Enquanto os primeiros estão relacionados a uma identidade atribuída no século XVIII e estavam especializados na região do vale do rio Guaporé, os segundos ocupavam a Chapada dos Parecis e se auto identificavam como pertencentes a um mesmo grupo.¹⁹

Aparenta ser irreal a possibilidade de que essas indígenas pudessem viver no Quariterê na condição de servas. A começar pelo fato de não ser possível compreender o quilombo como uma ilha isolada em permanente conflito com tudo o que está a sua volta. Não é possível conceber, em vista da quantidade das dezenas de negros fugidos e números incertos de indígenas entre o vale do Guaporé e Serra do Pareci, que fosse possível abrir um flanco de conflito com as sociedades indígenas concomitante à sociedade escravista. É mais viável supor que o Quariterê só se tornou possível e persistiu por décadas porque recorreu e adentrou o complexo jogo de forças políticas que havia na região.²⁰

Vale ressaltar que, tanto na bandeira de 1770 contra o Quariterê quanto na expedição de 1795 contra os remanescentes, foram aprisionados indígenas e caburés, o que

¹⁷ Vale observar que “caburé” designa aquele cujos pais são negros e indígenas.

¹⁸ A descrição da campanha encontra-se sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), junto ao Códice 246, demarcado pelos anos 1777 e 1805. Veio a conhecimento público mais amplo após ser mencionada e transcrita por Roquette-Pinto (1917) na obra “Rondônia”. Sobre o emprego do termo “cabixi”, Maria Fátima Roberto Machado (2006) indica que a expressão poderia designar de forma pejorativa tanto Parecis como Nambiquaras. Não se sabe ao certo a quantos grupos o termo foi aplicado, mas, ao menos pelas pesquisas etnológicas realizadas por Max Schmidt no início do século XX, é possível circunscrever que a denominação cabixi foi atribuída aos *pareci-kabisi*, do grupo cozárini, e aos *guaingacuré Arnaquisados*, que eram provenientes dos Nambiquaras da região ocidental da Serra dos Parecis. Em ambos os casos, a designação estava associada a “elementos étnicos de nível inferior” ou subalternos.

¹⁹ Segundo Maria de Fátima Roberto Machado (2006, pp. 15-16), apesar dos poucos estudos sobre a língua Nambiquara, até a atualidade, é possível identificar diferentes grupos: Aikutesu, Kwalisatesu, Namkutesu, Erahinkâtesu, Alakutesu, Yotusu, Alantesu, Hahaintesu (Manairisu), Waikutesu, Katithaulu (Saráre), todos no Vale do Guaporé; Sawentê, Yalakaloré, Lacondê (Yalakuntê), Sabanê, Hinkatesu, Latundê, Siwaihsu (Manduca), Nagarotê, Mamaindê, todos na Serra do Norte; Wakalitesu, Kithaulu, Halotesu e Sawantesu, conhecidos como os Nambiquaras do cerrado. Quanto aos Parecis, são tradicionalmente subdivididos em 5 grupos: Kaxiniti, Waimaré, Kozárini, Warére e Kawali, com grande variedade de grafias ao longo dos anos. Atualmente, restaram apenas três: Kozárini, os Waimaré e Kaxiniti (ARRUZZO, 2012).

²⁰ Sigo aqui parte das reflexões desenvolvidas por Flávio do Santos Gomes (2005) quando discorre sobre os quilombos na região amazônica em “A hidra e os pântanos”, dando ênfase às diferentes relações estabelecidas por quilombolas e sujeitos externos ao quilombo.

sugere um processo avançado de trocas culturais e alianças. Como esses indígenas passaram a fazer parte da população do Quariterê? Se tomarmos de empréstimo os estudos do etnólogo Max Schmidt, encontramos algumas pistas para responder essa questão.

O autor, que realizou três expedições na América do Sul no início do século XX e estudou especialmente os “Pareci-Kabisi”, elaborou uma tese cujo título traduzido seria “Os aruaques: uma contribuição ao estudo do problema da difusão cultural”.²¹ Entre os diversos elementos debatidos no trabalho, chama atenção a análise comparativa entre os povos associados à matriz linguística Aruaque (ou Aroawaken), com o fim de verificar a expansão e difusão. Lançando mão de uma análise interdisciplinar, o autor identificou o que denominou de “aruaquização”: a expansão da dita cultura junto a uma vasta área que se estendia da região amazônica à região do Chaco. Tal processo, conforme verificou, era operado tanto pela força como por influências culturais. Como Aruaques eram caracterizados principalmente por serem povos agricultores, constantemente havia demanda para ampliação da força de trabalho, o que acabava provocando a adoção de diferentes estratégias; entre elas, o “direito maternal” (SCHMIDT, 1917).

O “direito maternal”, segundo o autor, resultaria da realização de um casamento, quando o homem passava a integrar a família da noiva. Dessa forma, o chefe da família não seria o esposo, mas a figura do sogro, e os filhos pertenceriam à família da esposa. Caso o esposo viesse a falecer, quem assumiria a família seria o pai da esposa. Assim, o matrimônio, além de ser meio de criação de alianças com povos externos, constituía um centro difusor de transmissão de cultura Aruaque, meio de introdução mútua de elementos culturais estranhos.

Face a isso, sustentamos que a presença de mulheres indígenas no Quariterê, juntamente com mestiços, não se tratou simplesmente de rapto, mas de tessitura de alianças. Do ponto de vista dos indígenas, expansão aruaque; do ponto de vista dos aquilombados, fortalecimento para efetivação na região. Em última instância, a presença de mulheres indígenas e o possível matrimônio podem ter provocado o que se chama na antropologia de “etnogênese”, ou seja, emergência social e política de um grupo afro-indígena resultante da natureza cambiante dos próprios grupos envolvidos no contato.²² A

²¹ Ressaltamos que o idioma falado pelos parecis pertence ao tronco linguístico aruaque. Quanto à versão traduzida que nos valem aqui, desconhecemos a autoria da tradução. Contudo, a mesma encontra-se disponível atualmente em dois sítios: na biblioteca do PPGAS, do Museu Nacional/UFRJ, e na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.

²² Para reflexão do conceito de etnogênese, ver Roosens (1989), que compreende o conceito como um longo processo no qual os grupos de seres humanos constroem a sua realidade. Já João Pacheco de Oliveira Filho (1998) concebe como surgimento de novas identidades ou reinvenção de etnias já conhecidas. Ver também Boccara (2000), Jonathan Hill (1996) e Bartolomé (2006).

presença de crianças mestiças no quilombo, juntamente com os produtos cultivados no Quariterê, sugere trocas, assimilação e ressignificação de técnicas agrícolas. Em vista do difícil acesso ao quilombo partindo das vilas e arraiais do Mato Grosso, é difícil conceber o transporte de mudas e sementes até o espaço.

Por fim, é nos *Anais* que encontramos o relato dos últimos momentos da rainha. De acordo com o documento, na noite de 22 de julho de 1770, foi realizado o primeiro ataque ao quilombo, que se desdobraria em vários outros ao longo de semanas. Tão logo percebeu o ataque, Tereza ordenou resistência:

(...) A maldita rainha de quem temos tratado, na ocasião em que se abalroou o quilombo, mandou os seus que pegassem em armas e tudo matassem. *Alguns de seus súditos assim o fizeram acudindo à voz e pegando em armas*; mas não puderam usar delas pela força que viram contra si. Tomaram por melhor acordo *retirarem-se fugitivos ao mato*. Nessa retirada, foi também a rainha, conduzida por José Cavalo, escravo do sargento-mor Inácio Leme. Era esse negro capitão-mor do quilombo e, entre os mais, tido por mais valoroso.

Na apressada fuga em que foram, no saltar de um riacho se estrepou aquela desafortunada rainha em um pé, isso a tempo que já os soldados iam sobre ela, por a terem visto. Com facilidade a prenderam e trouxeram ao aquartelamento, onde estava o sargento-mor (...) [grifos nossos] (AMADO; ANZAI, 2006, p. 140).

Como podemos notar, os que tiveram tempo hábil pegaram em armas para se proteger da invasão e outros que viram a impossibilidade de resistir fugiram para as matas. Entre esses últimos, estava Tereza de Benguela, conduzida por José Cavalo, considerado “capitão-mor” do quilombo e escravo reivindicado pelo próprio comandante da bandeira. Aqui, mais uma vez, a tese do despotismo da rainha cai por terra, já que aqueles que não pegaram em armas fugiram novamente.

Tanto a narrativa de Filipe Coelho como os *Anais* descrevem os últimos momentos de Tereza. Enquanto a primeira aponta que, após aprisionada, a rainha tenha sido tomada por uma “paixão” tão intensa ao ponto de morrer enfurecida, a segunda afirma que ela expirou de “pasma”, logo depois de ter sido capturada e insultada por antigos companheiros de quilombo. Os *Anais* ainda afirmam que, morta, cortaram sua cabeça e a puseram no centro do quilombo em um alto poste, um exemplo visível para todos os outros que ousassem se levantar contra a coroa portuguesa (Amado; Anzai, 2006, p. 140).

Vale uma reflexão sobre a descrição da morte de Tereza por “pasma”. Tal palavra, na língua portuguesa, se traduz diretamente como aquilo que causa assombro,

espanto. No caso da utilização da palavra para interpretação da morte de cativos, ao longo dos séculos XVIII e XIX, passou a ser relacionada com o verbo “banzar”, que significava “pasmado com pena”, de modo que o “banzeiro” era aquele que se encontrava em estado de inquietude, duvidosa tensão, um “mar banzeiro”, em tormento (no latim, “Dubium maré”).²³

O fenômeno mereceu atenção de numerosos autores no decorrer dos séculos XVIII e XIX, como a de Luís Antonio Oliveira Mendes (1793). O autor, ao observar a constante mortandade de africanos na travessia do Atlântico à América portuguesa, classificou essa inquietude de “paixão da alma”; doença provocada pela saudade dos entes queridos, que ocasionava uma mortal *nostalgia*, considerada vesânia (doença mental) no período, localizada em um lugar do cérebro onde pensamentos e desejos se fixavam na ideia do possível regresso à terra natal.²⁴

Em outras palavras, teria Tereza perecido no Banzo? Infelizmente, não é possível responder com exatidão, pois temos em mãos apenas os testemunhos dos agentes da ordem escravista. De qualquer maneira, é possível chegar a algumas conclusões. Primeiro, caso tenha perecido no banzo, foi mais um ato de resistência. Preferiu a morte à escravidão. Em segundo lugar, o trecho que aponta que a líder quilombola recebera insultos e, por isso, ficara “amuada” também aparenta ser irreal pelas razões expostas acima; especialmente pela impossibilidade de despotismo no interior de uma floresta e, depois, pela resistência dos habitantes do Quariterê ao ataque da bandeira.

À GUIA DE CONCLUSÃO

“A luz de Tereza não se apagará”. O samba-enredo apresentado ao mundo em 1994 permanece atual. A imagem e história de Tereza resistiu ao tempo e, apesar da

²³ O verbo “banzo” em idiomas banto assumia significados diversos. No ovimbundu, por exemplo, designava “aldeia” ou “terra natal”; no quicongo significava “pensamento” (Oda, 2007). Vale ressaltar que o substantivo “banzo” com esta acepção provavelmente foi incorporado à língua portuguesa somente no século XIX. Assim aparecerá nos dicionários de Eduardo Faria (1859) e Frei Domingos Vieira (1871), além de também ser referenciado no primeiro dicionário da língua portuguesa intitulado “Vocabulário portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico bellico, botanico, etc”, de autoria do Padre Rafael Blumenau. Sobre a historicidade da palavra, ver Bruno Pinheiro Rodrigues (2018).

²⁴ Oliveira Mendes descreve numerosas situações em que africanos se viam em “nostalgia”, especialmente no capítulo VI. A fim de evitar a alta taxa de mortalidade dos homens de ferro, recomendava aos comerciantes a adoção de diversos procedimentos: “(...) Deviam ter como primeira regra, que os pretos perdendo a sua liberdade, ficam desde logo apaixonados, e entregues a um indizível ressentimento, que é justo, e inseparável, e extensivo ao mesmo bárbaro, que também tem alma, e que também sente. Deviam por isso mesmo desde logo começar a tratá-los com toda a brandura, e agrados, para fazer o cativo menos sensível, desimaginá-los, e desvanecer pouco a pouco o banzo, que os não desacompanha. Porém pelo contrário sucede, que desde logo contra eles se arma a mão visível da tirania, e do mal trato, tratando-os com a maior crueldade que se pode considerar, e explicar” (Mendes, 181, p. 50).

clandestinidade e subalternidade, tem emergido em diferentes instâncias. Cabe ao historiador, pois, encontrar as ferramentas adequadas para fazer Tereza uma das mulheres mais marcantes da história brasileira, falar através não somente das fontes escritas do “opressor”, mas ser ouvida. Junto a Tereza estão dezenas e centenas de outros sujeitos que ao longo da história latino-americana foram postos na subalternidade. É mais do que necessário reescrever a história da América por outra lente.

Neste breve ensaio, refletimos sobre dois documentos elaborados por agentes da ordem escravista, com o fim de problematizar o conteúdo e abordagem da líder quilombola. Através do cruzamento com outras fontes e historiografia, objetivamos explorar as inconsistências no que foi dito e não-dito nas entrelinhas. Ao término desta análise, esperamos ter contribuído para uma visão mais ampliada sobre Tereza de Benguela e a agência quilombola no oeste luso-brasileiro.

REFERÊNCIAS



www.revistafenix.pro.br

FONTES PRIMÁRIAS

Doc. 1 – NDIHR, Capitania de Mato Grosso, ano 1773: AHU, doc. 1054 microfilme, rolo 15, cx. 17. Anexo: 2º.

Doc. 2 – Mapa dos adventícios e escravos fugidos da Capitania de Mato Grosso (1771). <www.cmd.unb.br>. Acessado no dia 25/03/2015.

Doc. 3 - APMT, QM, TM, RO 0998, Cx.15 .

Doc. 4 - APMT, Manuscritos, Estante 1, C-07, 1773.

Doc. 5 – APMT, O Liberal, Cuiabá, 30 de junho de 1875.

FONTES PUBLICADAS

ALBUQUERQUE, João. In: **Revista do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (RAPMT)**, Cuiabá, v. 1, n. 3, marc-set. de 1987 [1794].

ALINCOURT, Luís d'. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2006.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: Carlini e Caniato; EdUFMT, 2006.

COELHO, Filipe José Nogueira. **Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Revista Trimestral de História e Geografia/Jornal do IHGB, 1850 (2ª semestre).

MELLO, Francisco Pedro. Diário de Diligência [1795]. In: ROQUETTE-PINTO. **Rondônia**. Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Volume XX). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

MENDES, Luis Antonio de Oliveira. **Memorias econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo IV. Lisboa: Tipografia da Academia, 1812.

MENEZES, Luís da Cunha. **NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783** (organizado por Paulo Bertran). Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1995 (tomo II).

SÁ, Joseph Barboza de. **Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até o s presentes tempos (1775)**. Cuiabá: UFMT/SEC, 1975.

SCHMIDT, Max. **Die Aruaken**: um classic da etnologia sul-americanista. Leipzig: Veit & Comp. [1917]. Disponível em <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aschmidt-1917-aruaques/schmidt_1917_aruaques.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2014.

SUZUKI, Yumiko Takamoto. **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**. Transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki Cuiabá:Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

ARRUZZO, Roberta Carvalho. Construindo e desfazendo territórios: as relações territoriais entre os Paresi e os não-índios na segunda metade do século XX. In: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**, Bogotá, 7 a 11 de maio de 2012. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-R-Carvalho.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses**: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana* vol.12 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2006.

BOXER, C.R. **O Império Marítimo Português**. Rio de Janeiro: São Paulo, 2002 [1969].

COSTA, M. de F.: Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, pp. 993-1014, 2001.

CURTIN, Philip D. **The Atlantic Slave Trade**: a census. Madison: Wisconsin University Press, 1969.

CURTO, José C. "The Legal Portuguese Slave Trade from Benguela, Angola, 1730-1828: A Quantitative Re-Appraisal". **África**, São Paulo, n. 16-17, 1993.

FERREIRA, Roquinaldo. **Transforming Atlantic Slaving**: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800. Tese (doutorado em História). University of California, Los Angeles, 2003.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues. Aspectos comparativos do tráfico de africanos no Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 31, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII- XIX). São Paulo: Ed.UNESP; Ed. Polis, 2005

HILL, Jonathan. HILL, Jonathan (org). **History, power and identity**. Iowa, USA: University of Iowa Press, 1996.

LIMA, André Nicacio. **Caminhos da integração, fronteiras da política**: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos Negros na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso**: Fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso Cuiabá, 2010.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. In: **Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Goiânia, junho de 2006.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. “O banzo e outros males: o pátos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes”. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 346-361, 2007.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". **Mana. Estudos de Antropología Social**, Rio de Janeiro, n. 4(1), pp. 47-77, 1998.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **Homens de ferro, Mulheres de pedra**: o itinerário de resistências de africanos escravizados entre a África Centro-Occidental e América espanhola. Fugas, formação de quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). Curitiba: Appris, 2019.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **Paixão da alma**: o suicídio de cativos em Cuiabá (1854-1888). Cuiabá: Carline e Caniato; EdUFMT, 2018.

ROOSENS, Eugeen. **Creating ethnicity. The process of ethnogenesis**. San Francisco, USA: Ed. Sage, 1989.

SALGADO, Graça (Org.). **Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, José Justino de Andrade. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa**. Compilada e anotada 1683-1700. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores**: políticas de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso (século XVIII). Cuiabá: EdUFMT, 1995

SIQUEIRA, Elizabeth. **Trajatória do tribunal de justiça de Mato Grosso, 130 anos**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

VOLPATO, Luiza. **Cativos do Sertão**. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

SITE CONSULTADO

SLAVE VOYAGES. Disponível em <
<https://www.slavevoyages.org/estimates/LMNIYZKl> >. Acesso em: 11. Jan. 2021.

RECEBIDO EM: 27/01/2021
PARECER DADO EM: 05/04/2021



www.revistafenix.pro.br